

NOVOS Rumos

Revista oficial da Associação dos Magistrados do Paraná e Judicemed



Impresso Especial

001227716-3/11 DR/PR
AMAPAR
CORREIOS

RECHAMADO AUTORIZADO
PODE SER ABERTO PELA ECT

Amapar e Judicemed | Edição nº 139 | www.amapar.com.br



Sonho concretizado

*AMAPAR inaugura sede administrativa para
qualificar ainda mais o atendimento aos associados*



A democracia no país vive um movimento interessante, de evolução. Há pouco tempo assistimos, surpresos, a tentativa do governo de glosar o orçamento do Judiciário para 2015, realizando cortes na proposta encaminhada pelo STF, em total desafio à construção legislativa sobre o tema – e que por via oblíqua impediria a reposição inflacionária do subsídio. Não é possível, neste momento da história, no qual predomina a democracia participativa, ter-se a pretensão de governar sozinho, de forma autocrática, em absoluto descompasso com a evolução do país. A reação, por óbvio, foi imediata. O Ministro Celso de Mello declarou que a proposta do STF “é insuscetível de corte unilateral por parte do Poder Executivo. O único árbitro constitucionalmente qualificado é o Congresso Nacional” e, poucos dias após, em processo judicial, a Ministra Rosa Weber determinou que o Congresso Nacional analisasse o orçamento sem os cortes realizados pelo governo.

Neste contexto, avança o projeto de lei n. 7.917/2014, que dispõe sobre o subsídio do Ministro do Supremo Tribunal Federal. Após muito trabalhar junto ao parlamento e governo, felizmente foi possível a aprovação em 14,60%. A AMAPAR manteve contato constante com os parlamentares do Paraná no Congresso Nacional, explicado de forma detalhada que a questão não era meramente salarial, mas sim de reestruturar uma carreira fundamental ao Estado que vem se desmantelando – não obstante a força de vontade e o trabalho da grande maioria dos seus membros. O problema está nas seguidas perdas que nos estão sendo impostas e que, aos poucos, vão tornando a carreira pouco atrativa aos melhores quadros. Trabalho idêntico vem sendo realizado por outras associações estaduais com os parlamentares de seus estados respectivos, sob a coordenação da presidência da AMB.

A magistratura paranaense tem trabalhado muito. Não foi um presente o resultado do “Justiça em Números” do CNJ que nos colocou entre os magistrados mais produtivos do país. Isto se chama trabalho, compromisso, responsabilidade, e somente se conquista com muita força interior e condições materiais adequadas. O Judiciário do Paraná, neste aspecto, tem evoluído, mas não pode parar. Daí a importância do trabalho que vem sendo realizado pela nova cúpula diretiva junto ao governo e ALEP, no sentido de manter – em um ano que promete ser de crise econômica – o integral repasse da parcela orçamentária destinada ao Judiciário, que é indispensável para a manutenção e ampliação do serviço público de qualidade.

A AMAPAR pretende ser parceira da nova administração nas iniciativas de interesse da magistratura e população paranaense. Está aberta ao diálogo e sempre que chamada, participará ativamente das atividades programadas pela administração – como aliás deve ser na democracia participativa (que é a participação na definição das políticas públicas de forma consultiva). As divergências, se ocorrerem, serão sempre sanadas com prudência, serenidade e diálogo.

Lennon em “happy christmas” tinha fé que, com o natal, era possível acabar com a guerra. Realmente, nesta época temos nossas esperanças renovadas, a fé fortalecida, e a capacidade de pensar em coisas boas. Estamos, geralmente, mais próximos do que nos é mais caro, que são nossos familiares e amigos. A AMAPAR espera que, ao longo deste ano, tenha de alguma forma contribuído para a felicidade dos membros da magistratura paranaense. Para o próximo ano, continuaremos a sonhar e trabalhar para que esses sonhos se tornem realidade. Queremos ser úteis, produtivos, capazes de fazer a diferença na vida dos que nos cercam e, de maneira eficaz, contribuir para a construção de uma vida melhor para todos.

Um forte abraço do amigo, Frederico Mendes Júnior

Presidente da Associação dos Magistrados do Paraná

juizfredericomendesjunior@gmail.com



Cinco cabeças e um Tribunal

Paulo Vasconcelos, Renato Bettega, Fernando Bodziak, Eugênio Grandinetti e Robson Cury são os eleitos para o biênio 2015/2016

As eleições restritas à participação dos 120 desembargadores, realizadas dia 3 de novembro, no Tribunal de Justiça do Paraná, determinaram os cinco ocupantes das cadeiras mais importantes da corte, que formam a cúpula diretiva para o biênio 2015/2016. Na presidência foi eleito o desembargador Paulo Roberto Vasconcelos. Ele obteve 49 votos no primeiro escrutínio e concorreu com os desembargadores Jorge Wagih Massad, que somou 34 votos, e Luiz Carlos Gabardo, com 30 votos. No segundo escrutínio, Vasconcelos teve a preferência de 68 desembargadores, contra 45 de Massad.

Atuarão mais quatro desembargadores. Renato Bettega será responsável pela 1ª vice-presidência. A 2ª vice-

presidência, incumbida de supervisionar os serviços dos Juizados Especiais, terá a atuação de Fernando Wolff Bodziak, que já exercia o cargo ao assumir mandato tampão, em decorrência da aposentadoria da desembargadora Dulce Cecconi, única mulher na história do Poder Judiciário paranaense que exerceu atividades na cúpula diretiva. As funções correicionais ficarão sob a responsabilidade de Eugênio Aquille Grandinetti e Robson Marques Cury. Também escolhidos, por aclamação, para o Conselho da Magistratura, os seguintes desembargadores: Fábio Haick Dalla Vecchia, Abrahan Lincoln Merheb Calixto, Maria Aparecida Blanco de Lima e Mario Helton Jorge.

“A AMAPAR deve sempre ser consultada sobre os assuntos de interesse da classe, seja na forma de trabalho e reivindicações, tudo sempre com transparência”, afirma Paulo Vasconcelos, próximo presidente do TJ-PR.

Trajatória – No ano de 1984, após aprovação em concurso público para juiz substituto, Paulo Vasconcelos exerceu as funções nas comarcas de Guarapuava, Palmital, Pitanga, Prudentópolis, Paranaguá, Clevelândia e Guaratuba. Foi juiz de Direito titular, de 1986 a 1989, na comarca de entrância inicial de Tomazina, atendendo também as comarcas de Ibaiti e Wenceslau Braz. No ano de 1989 foi promovido para a comarca de Foz do Iguaçu. No final do ano de 1996 foi removido para o cargo de juiz de Direito substituto em Segundo Grau. Em fevereiro de 2002 foi promovido ao cargo de juiz de Alçada. Em 3 de fevereiro de 2005 foi promovido ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná.

As próximas serão diretas?

Fica a pergunta se as eleições que determinaram os mandatários do TJ para o próximo biênio serão as últimas com a participação apenas dos 120 desembargadores. A resistência às eleições diretas, nas quais também votariam os juízes de 1º Grau, tem diminuído consideravelmente, pois tribunais começaram a debater oficialmente a alteração nos regimentos internos.

Tramitam ainda duas Propostas de Emenda Constitucional (PECs), no Senado e Câmara, que pretendem alterar o texto disposto no artigo nº 96 da Constituição Federal. A alteração permitiria o direito ao voto de juízes brasileiros, que atuam na zona de frente da Justiça e são responsáveis por cerca de 90% dos processos que batem na porta do Judiciário. O primeiro fio de esperança foi comemorado pelas associações de magistrados com a aprovação, em outubro, da mudança do regimento interno do Tribunal Regional do Trabalho no Espírito Santo. Com a alteração regimental, juízes, ao lado de desembargadores, poderão votar na próxima eleição que determinará a direção daquele tribunal.

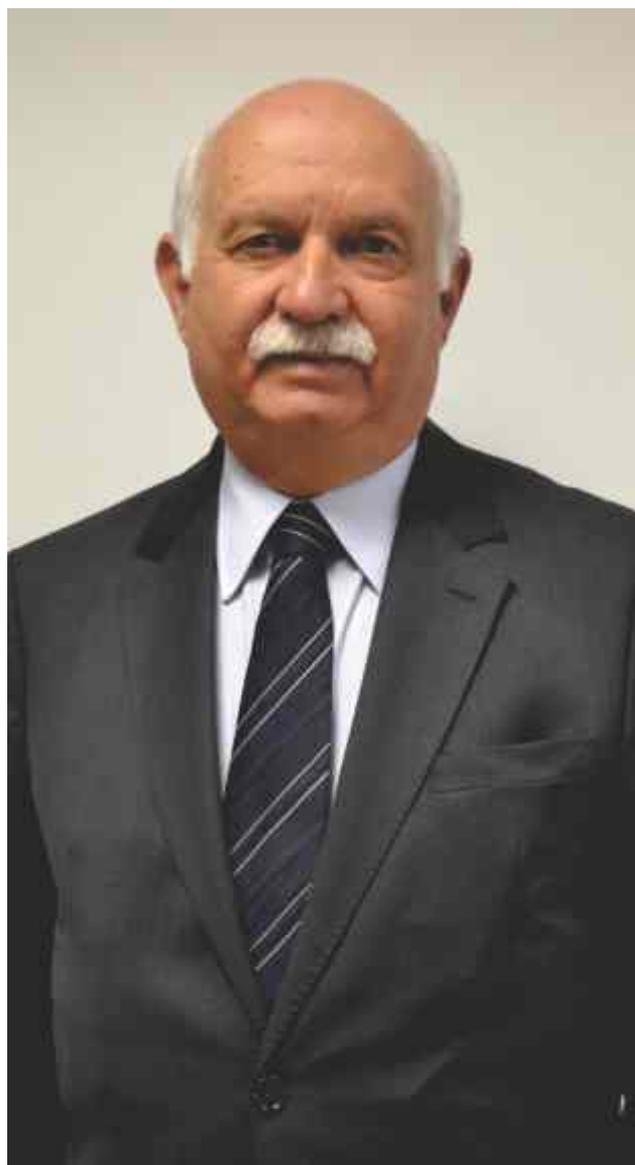
Como afirma o presidente da AMAPAR, juiz Frederico Mendes Júnior, a conquista dos colegas capixabas reflete como grande passo para a democratização em outras cortes, além de ser assunto de consenso em toda a magistratura brasileira. “Este é um movimento que vem da base, da maioria da magistratura, o pedido por maior democracia interna está pendente em vários estados”, comentou Frederico.

Experiência administrativa

Paulo Roberto Vasconcelos, o próximo presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, é mineiro, nascido na cidade de Santo Thomaz de Aquino, no dia 8 de dezembro de 1947. Traz no currículo três fatores que poderão somar à administração do TJ. O primeiro está na formação de Vasconcelos, pois fez graduação em Administração de Empresas na Universidade Federal do Paraná (UFPR), antes de ingressar no mundo jurídico. Outro detalhe está na passagem pela presidência da AMAPAR, durante o biênio 2006/2007, quando trabalhou, ao lado da então diretoria, pela aquisição do terreno da nova sede administrativa da entidade, inaugurada em dezembro deste ano. Paulo também exerce, até a posse no início de fevereiro do próximo ano, o cargo de 1º vice-presidente do TJ.

Logo após a vitória nas urnas, Paulo concedeu entrevistas aos órgãos da imprensa paranaense. Como é de praxe, falou de suas metas para a gestão, que incluem, na parte estrutural, a conclusão da reforma do Palácio da Justiça, prédio que ele, enquanto interino na presidência do TJ, revogou, em 2012, a licitação. Também espera iniciar as obras do tão sonhado Centro Judiciário do Bairro Ahú. “Ao máximo próximo do final”, garantiu aos jornalistas.

Em entrevista direcionada aos associados da AMAPAR, o futuro mandatário do TJ criou boas expectativas aos magistrados e população, pois foi enfático ao afirmar que dará estrutura suficiente ao 1º Grau. “Uma preocupação que será permanente, considerando que nas inúmeras visitas em que fiz às comarcas do Estado, percebi o grande empenho de todos os juízes em superar as adversidades diárias para uma eficiente prestação jurisdicional”, afirmou o desembargador, ao falar, ainda como candidato, à revista Novos Rumos.



Gratificação

por acúmulo de função

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal aprovaram no dia 17 de dezembro quatro projetos de lei que criam a gratificação por exercício cumulativo de jurisdição e de função administrativa para magistrados da Justiça Federal, da Justiça do Distrito Federal, da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho. A gratificação é a mesma concedida aos membros do Ministério Público da União (MPU) e a outros tribunais. Ela será paga quando houver acumulação de juízo, como nos casos de atuação simultânea em varas distintas, em juizados especiais e em turmas recursais. Também será devida quando houver exercício cumulado da atividade jurisdicional e de atribuição administrativa e em relação ao acervo processual.

O valor é de 1/3 do subsídio do magistrado que substituir para cada 30 dias de exercício cumulativo, pago proporcionalmente ao número de dias se superior a três.

A gratificação terá natureza remuneratória e sua soma ao subsídio do magistrado não poderá implicar valor superior ao subsídio mensal dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Vedações

O texto proíbe a concessão da gratificação nas hipóteses de substituição em feitos determinados; de atuação conjunta de magistrados; e de atuação em regime de plantão. A acumulação com recebimento da gratificação também poderá ocorrer entre magistrados de diferentes graus de jurisdição.

No Paraná, caso juízes exerçam atividades extraordinárias, como a acumulação de seções judiciárias, fato muito comum na substituição, nada é acrescido financeiramente. Requerimentos e motivações, por parte da Associação dos

Gratificação devida

- Resolução nº 13/2006 do CNJ fala que é devida
- Não afronta a Constituição
- Ministério Público recebe
- AMAPAR requereu DUAS vezes a gratificação
- TJ ainda não analisou o pedido
- Câmara e Senado aprovaram
- Colegas de SC e RS recebem
- Dilma não respeitou simetria e vetou

Magistrados do Paraná (AMAPAR), não faltam. Após a realização de cuidadoso estudo, dedicado ao departamento legislativo da Associação, a entidade apresentou, ainda no final de abril de 2014, requerimento ao Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) para que o pagamento por serviços extras fosse atribuído – nada mais justo.

No pedido, o presidente da AMAPAR, juiz Frederico Mendes Júnior, argumentou que, com as dificuldades encontradas ao preencher as vagas existentes na carreira da magistratura, ocorre maior exigência dos magistrados, pois ficam incumbidos de exercer suas funções cumulativamente em outras varas, juizados ou câmaras. Ao esclarecer a norma prevista no artigo 39 da Constituição Federal, que dispõe sobre a remuneração em parcela única, a AMAPAR lembra que gratificação com natureza eventual ou temporária, sem incorporação à remuneração, não é incompatível com a sistemática do subsídio adotada.

Pedido reiterado - Ao fazer uma consulta na tramitação, com base no protocolo, a AMAPAR verificou, no início de novembro, que o pedido não recebeu análise. Na reiteração do pedido, a AMAPAR pede prioridade na tramitação do documento, pois além de compatível com a Constituição Federal, tal gratificação foi aprovada pela Resolução nº 13/2006 do Conselho Nacional de Justiça.

A maioria recebe – Ao reestabelecer o requerimento, também como lembrete e pedido de consideração ao TJ, a AMAPAR demonstra que a gratificação foi instituída em favor dos membros do Ministério Público do Estado do Paraná e para magistrados de vários estados da federação, em todas as regiões do país, inclusive nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que integram a região sul ao lado do Paraná

No documento assinado pelo presidente da AMAPAR, juiz Frederico Mendes Júnior, é exposto, portanto, que os magistrados do Estado do Paraná estão dentre os poucos magistrados do país que não têm perspectiva de recebimento da supracitada gratificação, “o que não se coaduna com o caráter nacional da magistratura e com o princípio constitucional da simetria das carreiras da magistratura e do Ministério Público, tampouco com os relevantes serviços prestados pela magistratura paranaense, conforme constatado recentemente no último relatório Justiça em Números do Conselho Nacional de Justiça”, pontua a associação.

Votações finais de 2014, na Câmara, atravessaram a madrugada



Reajuste aprovado

Aquém do esperado, casas legislativas aprovam reposição do subsídio em 14,6%

“Não se trata de mera reposição salarial, mas de reestruturação de toda a carreira da magistratura nacional”, destaca o presidente da AMAPAR, Frederico Mendes Júnior.

Representantes da AMAPAR e das demais parcelas da magistratura se deslocaram até Brasília nos dias 15, 16 e 17 de dezembro e acompanharam exaustivas tratativas que resultaram na aprovação, pela Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei (PL) 7917/2014 que aumenta o salário dos ministros da Corte de R\$ 29.462,25 para R\$ 33.763,00 a partir de janeiro de 2015. O valor é usado como teto salarial do funcionalismo público. Na sequência, a matéria foi ratificada pelo Senado.

A diretoria da AMAPAR, com atuação relevante em todos os debates nacionais que envolvem assuntos legislativos da magistratura, atravessou a madrugada e também toda a parte da quarta-feira em conversas com parlamentares, ao lado de representantes da AMB, AJUFE, ANAMATRA e demais associações estaduais.

Mesmo com o acordo firmado que reduziu o reajuste de 22% para 14,6%, o presidente da AMAPAR Frederico Mendes Júnior, presente aos debates na capital federal, salienta as participações ativas da magistratura e do presidente do STF, o ministro Ricardo Lewandowski, responsável maior pela apresentação do PL. “Todos da diretoria da AMAPAR depositam muita esperança no ministro Lewandowski. Foi o maior aumento anual que conseguimos desde a implantação do teto”, assinalou.

Frederico também informa que com a redução do reajuste ficou estabelecido compromisso para que no próximo ano as questões referentes ao ATS sejam finalmente aprovadas no parlamento. “Foi um recuo estratégico dentro de todo o xadrez político”, comentou.

Ficou evidente o clássico sistema de freios e contrapesos, destacado pelo dirigente da AMAPAR, para resumir a histórica votação que findou com a aprovação do reajuste salarial. “Avançamos muito no ano de 2014 em termos remuneratórios”, lembra.

Projetos dos três poderes - A extensa pauta da Câmara também tratou dos reajustes de parlamentares e de membros do Poder Executivo. Frederico assinala que o peso político acaba não recaindo tão somente ao projeto de lei do subsídio da magistratura. “O desgaste perante a opinião pública, até agora, apenas atingia a nós. Agora, com os reajustes nos demais poderes, como é decisão compartilhada e discutida democraticamente, a responsabilidade política está sendo dividida entre todos os agentes dos três poderes, não apenas com a magistratura”, lembra.

Impacto - O reajuste terá impacto em todo o Judiciário, pois os salários dos juizes são calculados a partir do subsídio pago aos ministros do STF. Os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) ganham 95% do valor recebido pelos ministros do Supremo, enquanto os desembargadores ganham 90,25% do recebido pelos integrantes do STF.

Crterios - O projeto do Supremo também estabelece três critérios para os futuros reajustes salariais:

- a recuperação do poder aquisitivo dos ministros.
- o fato de que o salário dos ministros é usado como teto da administração pública; e
- a comparação com subsídios e remunerações de outros integrantes de carreiras de Estado, como diplomatas, e dos demais servidores federais.

Escola de Londrina proporcionou no final de novembro brilhante palestra com o constitucionalista italiano Michele Carducci



Adjetivos não faltam para o núcleo de Londrina da Escola da Magistratura do Paraná (EMAP), além da excelência que forma o corpo docente. Primeira descentralização na história da EMAP, a Escola londrinense funciona regularmente desde o dia 12 de março de 1987. Núcleo pioneiro no interior do país, com mais de 27 anos de bons serviços, a instituição também proporciona a mais antiga pós-graduação em atividade naquela importante cidade do Norte, a segunda maior do estado.

Quem atesta a importância do núcleo é o atual diretor, Rodrigo Afonso Bressan, que prioriza, ao lado dos demais membros da diretoria, a realização de temas que realmente acrescentem ao trabalho dos magistrados. “Prioridade é fazer eventos interessantes, ou seja, trazer pessoas que tenham conhecimento, que saibam transmitir e que falem sobre assuntos relevantes para a formação do magistrado”, explica.

Confira a entrevista com Bressan.

Qual a importância da EMAP de Londrina para os magistrados que atuam na Região Norte?

A importância é, antes de mais nada, histórica, já que o Núcleo de Londrina da Escola da Magistratura do Paraná vem funcionando regularmente desde 12 de março de 1987. Foi o primeiro do país instalado em cidade do interior e é a mais antiga pós-graduação em atividade em Londrina. Ainda, nestes quase 28 anos de funcionamento, o Núcleo realizou diversas palestras, seminários e cursos de aperfeiçoamento voltados à formação contínua dos magistrados da região, sendo o último evento a palestra realizada no dia 24 de novembro, em que o Professor Michele Carducci, Doutor em Direito Constitucional e Professor na Università del Salento/Itália, falou para juízes, alunos da EMAP e para mais de 150 estudantes de faculdades de Direito da região que foram ao auditório da Subseção da OAB.

No sentido da constante atualização dos magistrados, o que deve ser dada prioridade?

Prioridade é fazer eventos interessantes, ou seja, trazer

Pioneirismo de Londrina

“Em face da jornada regular de trabalho cada vez mais pesada, não é qualquer pessoa, qualquer tema que faz com que o magistrado abra mão de um momento de descanso”, afirma **Rodrigo Bressan**, diretor do núcleo londrinense da EMAP.

pessoas que tenham conhecimento, que saibam transmitir e que falem sobre assuntos relevantes para a formação do magistrado. Isto porque, em face da jornada regular de trabalho cada vez mais pesada, não é qualquer pessoa, qualquer tema que faz com que o magistrado abra mão de um momento de descanso para assistir uma palestra, participar de um curso – só o fará se achar que aprenderá algo, que sairá de lá melhor juiz.

O Código de Processo Civil (CPC) está em vias de transformação, com debates nas casas legislativas. Além de magistrado, na condição de representante da EMAP, o que o senhor acredita que deva ser de grande atenção por parte da magistratura, acerca das mudanças que se avizinham?

É prudente esperar a aprovação final do novo CPC para ver quais mudanças efetivamente se tornarão lei. Após, e se aprovado o projeto como está, ainda passará um ano até que entre em vigor, tempo suficiente para que os magistrados atuantes na área possam se familiarizar com o texto do novo Código e suas mudanças mais relevantes. Neste aspecto, inclusive, a EMAP poderá contribuir bastante, eis que embora já venha realizando palestras sobre o tema, certamente a aprovação do novo CPC aumentará muito o interesse pelo assunto, o que demandará a realização de eventos não só em Curitiba, mas também no interior do estado, sejam palestras com processualistas e estudiosos da matéria, sejam encontros de magistrados visando a discussão das questões mais polêmicas.

A Escola presta relevantes serviços ao TJ, pois além da atualização frequente de magistrados, a instituição organiza o curso para iniciação funcional e também contribui para o vitaliciamento. O que o senhor espera da próxima cúpula diretiva no sentido de atenção à Escola?

A realização de bons eventos envolve boas ideias, planejamento, dedicação e, também, custos financeiros. Assim, toda e qualquer ajuda que vier do Tribunal de Justiça acredito será muito bem recebida pela Direção Geral da Escola.

Magistrados contrários à proposta sobre diretores de fóruns

Requerimento da AMAPAR, protocolado no final de novembro, direcionado à presidência do TJ, propõe modificação em minuta de Decreto Judiciário que trata do uso das dependências dos prédios dos fóruns e relocação de servidores. A magistratura paranaense observa e questiona a interpretação adotada na proposição apresentada pelo TJ, principalmente na parte que trata da competência dos juízes que atuam como diretores dos fóruns para disciplinar a utilização dos espaços dos fóruns, seja na capital ou interior do estado. Para os magistrados, a proposta do TJ extrapola o item 1.6.14 do Código de Normas, pois condicionaria à presidência da corte a palavra final quanto à administração dos fóruns. A AMAPAR acredita que ninguém melhor que o diretor do fórum é capaz de identificar as inúmeras particularidades que eventual alteração dos espaços do fórum podem ocasionar na rotina da Comarca. "O fluxo de pessoas, a quantidade de processos, a alocação de mobiliário, a acessibilidade, a existência de problemas de estrutura decorrentes de avarias no imóvel, a chegada de novos juízes substitutos ou de direito substitutos à Comarca, disposição de vagas de estacionamento, trânsito de particulares nas cantinas, dentre outros, são exemplos capazes de nos levar à reflexão de que a Presidência, por estar longe das vicissitudes que ocorrem no interior, não é a mais indicada para decidir sobre o espaçamento", explica a AMAPAR.

Também é salientado pela entidade que cada vez mais o Conselho Nacional de Justiça exige a figura de um juiz dotado de conhecimentos extrajurídicos de administração, sociologia, psicologia e filosofia. "A postura do Conselho Nacional de Justiça, portanto, é no sentido dos Tribunais captarem candidatos forjados não só com conhecimentos jurídicos, mas também com conhecimentos de outras áreas, especialmente da administração. Tudo de modo a melhor fornecer ao magistrado a capacidade de gerenciar pessoas, processos e, no caso daqueles que estiverem na Direção do Fórum, a unidade complexa", lembra.



Parceria portuguesa

A 57ª reunião da União Internacional de Magistrados (UIM), que aconteceu em novembro na cidade de Foz do Iguaçu, propiciou a celebração de importante protocolo de cooperação entre a AMAPAR e a Associação Sindical dos Juízes Portugueses. De forma recíproca, as entidades determinaram compromisso para intercâmbios de pesquisa e estudos sobre temas relevantes para o associativismo e aprimoramento na formação de juízes. A parceria trará integração e desenvolvimento científico dos juízes, afirmou o juiz Frederico Mendes Júnior, presidente da AMAPAR. "Com grande satisfação que assinamos este protocolo que visa a integração e o desenvolvimento científico e cultural dos associados da AMAPAR", disse.

Mais três associados

A AMAPAR ganhou mais três associados no mês de novembro com a posse - e pronta adesão à entidade - dos juízes substitutos José Guilherme Xavier Milanezi, Amani Khalil Muhd Ciuffi e Viviane Cristina Dietrich. A solenidade ocorrida no dia 19 foi acompanhada por magistrados e amigos dos empossados. O presidente da AMAPAR, juiz Frederico Mendes Júnior, fez a entrega das togas aos novos colegas. Ao falar em nome dos juízes, Viviane Dietrich ressaltou o orgulho de pertencer à magistratura paranaense. "Escolhemos um carreira linda, complexa, por óbvio, mas intensa. Onde o trato com o ser humano é indispensável", assinalou a juíza.

Presente solidificado

Com 57 anos de existência, AMAPAR inaugura sede que faz jus à grandiosidade da entidade e da própria magistratura paranaense

Com o passado marcado por conquistas históricas e solidificada como a grande representante da magistratura paranaense, no alto dos seus 57 anos de existência a Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR) não se rende ao anacronismo e inaugura em dezembro de 2014 o seu mais importante patrimônio material – a sonhada e agora concretizada sede administrativa da entidade.

Localizada na Rua Alberto Folloni, nº 541, no Centro Cívico de Curitiba, próxima ao Tribunal de Justiça do Paraná e às demais sedes dos poderes republicanos, a nova casa da AMAPAR traz moderna arquitetura, bom gosto no acabamento e a estrutura adequada para bem atender associados e familiares. Com mais de 7 mil metros², o prédio comporta toda área administrativa da entidade e também do plano de saúde, a JUDICEMED. No total, são três pavimentos e estacionamento para mais de 70 veículos. Dois andares e parte do térreo destinados à locação imobiliária - que resultará em receita para a manutenção do prédio e serviços.

Xavierzinho - A sede administrativa homenageia a independência da magistratura em todos os sentidos e leva o nome do saudoso **desembargador Francisco de Paula Xavier Neto**,

presidente da AMAPAR durante a gestão 1988/1991. Deixou marca indelével na história da entidade com a frente Novos Rumos, que elevou o grau associativo da AMAPAR. Xavierzinho, como é lembrado pelos muitos amigos de toga, também foi o único paranaense a comandar a Associação dos Magistrados Brasileiros, entre 1992 e 1993.

Histórico da construção – A evolução das obras da nova sede, até a inauguração no dia 11 de dezembro de 2014, traz o brio de muitos associados que compuseram as diretorias anteriores e atual da AMAPAR. No ano de 2006, durante a gestão do desembargador Paulo Roberto Vasconcelos frente à presidência foi dado passo decisivo com a aquisição do terreno de excelente localização. Na gestão subsequente, do desembargador Miguel Kfoury Neto, a diretoria aprovou o projeto arquitetônico. Com a diretoria da gestão de Gil Guerra, no biênio 2010/2011, ocorreu o lançamento da pedra fundamental do edifício.

O início e evolução da obra foram conduzidos pela gestão do juiz Fernando Swain Ganem. Agora, com Frederico Mendes Júnior na presidência, a sede é concluída para o **bom proveito de todos, na condição de iguais.**



Mudanças

Da fundação, em 1957, até o ano de 1963, a AMAPAR ficou instalada no edifício Pedro Demeterco (foto ao lado), na Alameda Dr. Muricy, região central de Curitiba. A partir de 1963, a associação passou a desenvolver os serviços no Tribunal de Justiça do Paraná, no 3º andar do Palácio da Justiça. Em 1988, a AMAPAR subiu para o 7º andar do TJ e em 1996 foi para o 9º andar. Em 2013, de forma provisória, a AMAPAR atendeu os associados no prédio em frente à Prefeitura Municipal, nas antigas instalações da LBA e das varas de família.



“Fui detalhista e observador”

Atual diretor de obras da AMAPAR, o juiz Fernando Ferreira de Moraes não mediu esforços, tempo e dedicação à sede. As poucas horas de sono provavelmente foram divididas com pensamentos sobre detalhes de engenharia, demais acabamentos, revestimentos, mobiliário, decoração e até a segurança e limpeza do prédio. Nada passou despercebido aos olhos de Fernando.

Confidencia estar “um pouco cansado”, mas extremamente feliz com o resultado alcançado, que trará benefícios no trato dos interesses da classe. “Para mim, a sensação de moradia própria, como se diz costumeiramente. Depois de 57 anos de existência, a referência segura, a estabilidade de trabalho para o presidente, diretores, empregados e colaboradores, a adequação dos espaços, a distribuição e organização dos serviços, a comodidade também dos associados, com estacionamento, elevador, salas próprias, desde a recepção até as de reuniões ou atendimento para todos os assuntos de interesse associativo, tanto administrativo, como cultural, ou ainda, de atendimento à saúde”, elenca.

Fernando Moraes demonstrou possuir refinamento, seja no âmbito da arquitetura, mas também na decoração. Afirma que prezou por produtos de boa relação custo-benefício e deu prioridade aos de maior durabilidade. “Aproveitei indicações de colegas, fui atrás de informações, produtos e serviços e procurei acertar. É claro que aproveitei a oportunidade, para inserir algum mobiliário diferenciado - na linha do que tenho em minha casa - e algumas obras de arte, dentre artistas reconhecidos, adquiridos diretamente dos autores dessas obras, pois do contrário não seria possível”, explica.

O magistrado completa que foi dada prioridade ao acabamento e procurou ser minucioso não apenas na parte estética, mas também na resolução de problemas inerentes ao tamanho do empreendimento. “Fui detalhista e observador. Para atender ao interesse, tive que mandar refazer serviços, suspender pagamentos até a solução, rescindir contratos, enfim, providências até antipáticas, mas necessárias, para que não houvesse desperdícios de recursos ou prejuízo na qualidade. Fiz o que já fiz na construção de uma casa para mim e que faria novamente na construção de outra”, ressalta.



“Sob a construção de muitas mãos”

Autoridades destacam independência da AMAPAR com a inauguração

O dia 11 de dezembro deve ser perpetuado na história da magistratura paranaense. Sob a condição de iguais, os juízes e desembargadores paranaenses, ativos e inativos, abriram as portas da nova sede administrativa da Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR) e JUDICEMED. O prédio de moderna arquitetura e primoroso acabamento, erguido na Rua Alberto Folloni, 541, estrategicamente localizado no Centro Cívico de Curitiba, representa dignamente a entidade que criou independência de sua origem constitutiva, ao priorizar ideais conjuntos dos juízes.

Durante ato acompanhado por muitos associados, além de demais representantes do Judiciário, Executivo e Legislativo, o presidente da AMAPAR direcionou seu discurso aos amigos, colegas de toga e de lutas. Referência a magistrados de coragem e elevada envergadura, que conduziram a história da AMAPAR. “Há 57 anos, organizado por Alceste Ribas de Macedo, um grupo de juízes formou uma associação de iguais”, lembrou.

O magistrado também destacou o sonho coletivo materializado com a finalização das obras, ao fazer alusão da importância de todos, indistintamente, pois, segundo ele, cada tijolo leva o nome de um magistrado paranaense. “É possível ver que esta é uma construção plural, com a colaboração de toda a magistratura paranaense”, pontuou. Comentou, ainda, da coragem do desembargador Paulo Vasconcelos, presidente eleito para o próximo biênio no TJ-PR, que comprou o terreno e deu passo primordial para a realização do sonho.

Também comentou das ações dos outros dirigentes que sucederam Paulo Vasconcelos na presidência da AMAPAR, como o desembargador Miguel Kfourri Neto e os juízes Gil Guerra e Fernando Ganem, que também depositaram esforços, junto das respectivas diretorias. “Gil finalizou projetos e autorizou a construção. Fernando assinou o contrato e se lançou de cabeça na construção dessa obra. Um ato de coragem”, comentou Frederico, quando dedicou agradecimento especial ao trabalho desempenhado com grande primor pelo atual diretor de obras da AMAPAR, Fernando Ferreira de Moraes, que não mediu esforços junto ao empreendimento.

Homenagem aos colegas - Ao participar da inauguração, o atual presidente do TJ, desembargador Guilherme Luiz Gomes, fez homenagem coletiva à magistratura paranaense. Guilherme presidiu a AMAPAR durante o biênio 1996/1997 e falou do esforço de seus pares na construção da sede.

Autonomia - Próximo presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, o desembargador Paulo Vasconcelos falou aos colegas e lembrou os anos de 2006 e 2007, quando então mandatário da AMAPAR, ao lado da diretoria, adquiriu o terreno bem localizado na Rua Alberto Folloni que hoje comporta a sede. Vasconcelos possui formação em Administração de Empresas e sempre enfatizou que a AMAPAR é, antes de tudo, uma empresa privada e que merecia também a autonomia e precisava de instalações próprias. “Idealizamos e demos início ao sonho da sede própria, pois não poderíamos mais continuar no TJ. Acreditei no sonho desde o início”, comentou. Ao encerrar seu discurso, o desembargador comentou que sua gestão à frente do TJ, a partir de fevereiro de 2015, será de diálogo com a AMAPAR. “Toda a equipe da AMAPAR tem no tribunal um amigo”, pontuou.

Palavras do Senado - Representante do Legislativo Federal na solenidade, o senador do Paraná, Álvaro Dias (PSDB), falou da importância das instituições republicanas, pois traduzem a respeitabilidade essencial, como o Poder Judiciário e consequentemente a magistratura. “Necessitamos preservar as instituições”, disse. Além de parabenizar a magistratura paranaense pelo esforço com a construção da sede, o parlamentar também deu testemunho sobre a dedicação do atual presidente da AMAPAR, presente quase que semanalmente na capital federal para debater assuntos políticos em prol da classe e do Poder Judiciário.

Também compuseram a mesa principal do ato, o procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia, o diretor de obras da AMAPAR, Fernando Ferreira de Moraes, o procurador do Estado, Ubirajara Gasparin, que representou o governador Beto Richa, e o presidente da Câmara Municipal de Curitiba, Paulo Salamuni.

TRANSFORMANDO O FUTURO COM A FORÇA DO LEÃO

DOE PARTE DE SEU IMPOSTO DE RENDA



Por intermédio da campanha **Transformando o Futuro com a Força do Leão**, do SerSocial da Amapar, parte do seu imposto de renda pode se transformar em doação para a ampliação das atividades sociais. Neste ano de 2014, o dinheiro arrecadado será destinado exclusivamente para a construção de 2 salas de estudo e aquisição de computadores para as crianças e adolescentes do SerSocial.

A destinação do Imposto de Renda, no percentual de até 6% do imposto devido (pessoa física), é direcionada ao Fundo da Infância e Adolescente – FIA do Município de Piraquara e, após, repassada ao SerSocial, cujo projeto de aplicação já foi aprovado pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – FIA (CMDCA).

Siga o passo a passo:

1. Para conhecer o Projeto SerSocial de forma detalhada, acesse: www.sersocial.org.br
2. O percentual de até 6% do Imposto de Renda (IR) devido dentro do ano base 2014 é calculado no fechamento de sua declaração, independentemente se há imposto a pagar ou restituir. Mesmo quem tem IR retido na fonte pode doar. Para calcular o limite de sua doação é necessário realizar uma estimativa baseada no valor do IR devido do ano anterior. Acesse o site www.receita.fazenda.gov.br e faça uma simulação de valor. Acesse o link <http://www.receita.fazenda.gov.br/aplicacoes/atryo/simulador/simulador.asp?tiposimulador=a> e escolha a aba "Cálculo Anual EX 2014/AC 2013". Veja a soma na última linha do item 4. É esse o valor sobre o qual deverá ser calculado o 6%;
3. Realize depósito identificado (com nome e CPF do depositante), até o dia 30 de dezembro de 2014, na Conta nº 56373-0, Ag. 3263-8, do Banco do Brasil, CNPJ nº 17916903000110 (Conta da Prefeitura de Piraquara/Fundo Geral da Criança e Adolescente vinculada ao SerSocial). O Município de Piraquara repassará as informações à Receita Federal;
4. Encaminhe o comprovante de depósito, juntamente com seu nome e CPF para a Amapar, até o dia 20 de janeiro de 2015, que nós providenciaremos a emissão de recibo junto ao Município de Piraquara, o qual será reencaminhado posteriormente ao doador;
5. A doação efetuada deverá ser mencionada na declaração por meio da modalidade de formulário completo (opção pelas deduções legais) do ano de 2015 e o recibo servirá como comprovação.



Família franco-brasileira

Férias não impediram a juíza Anatália Guedes de constatar a harmonia de pais franceses e três irmãos brasileiros após a concessão de adoção internacional

Mesmo com férias marcadas e roteiro definido, a juíza Anatália Isabel Lima Guedes, que atua em Cascavel, não conseguiu deixar a toga de lado, ou melhor, a vocação que deve acompanhar a profissão. Ao estabelecer como destino terras francesas, a magistrada incluiu no passeio um encontro especial com três irmãos brasileiros adotados por um casal francês, fruto do esforço e sensibilidade de Anatália, ao conceder a adoção e ajudar a escrever o enredo de uma bela história familiar. “Surgiu o desejo de visitá-los e constatar pessoalmente o sucesso da adoção que já era relatado nos relatórios de acompanhamento”, explica a magistrada, após consultar o Tribunal de Justiça do Paraná e a organização internacional de adoção.

O encontro com os irmãos ocorreu no interior da França, numa espécie de grande piquenique anual da Associação Francesa de Adoção, onde são reunidas crianças e jovens adotados internacionalmente. Muitos deles brasileiros, informa Anatália, além de famílias que adotaram e que também esperam a oportunidade de conseguir a adoção.

O processo - Sobre a habilitação dos interessados na

adoção junto à Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA), a magistrada conta que como não foram encontrados postulantes brasileiros dispostos a adotar três irmãos, surgiu o bondoso casal francês, que tinha interesse em adotar uma criança, ou irmãos, saudáveis e com no máximo nove anos, sem preferência de sexo e idade. “Assim, foi identificado no cadastro estadual de crianças e adolescentes em condições de serem adotados, a existência de um grupo de três irmãos com forte vínculo afetivo na Comarca de Cascavel, com as citadas características, já destituídos do poder familiar e que se encontravam acolhidos institucionalmente, sendo então deferido o estágio de convivência”, relata a magistrada.

Após o encerramento do estágio de convivência, a equipe do CEJA emitiu parecer inteiramente favorável à adoção. Anatália conta que, constatado o vínculo afetivo entre o casal e crianças, a interação da nova família franco-brasileira também foi perceptível. “As crianças já os chamavam de papai e mamãe, além de ser nítido o carinho e afeto existente entre eles”, sentenciou a juíza.

Anatália encontra os três irmãos durante piquenique francês





“Ter contato com crianças, adolescentes e jovens brasileiros que foram adotados por estrangeiros, principalmente aqueles oriundos do nosso Estado e da Comarca de Cascavel, e poder vê-los felizes e bem integrados em suas novas famílias, ao lado de pais verdadeiramente amorosos, é sem dúvida ter a oportunidade de ver pessoalmente os frutos de um trabalho que envolve a dedicação de muitas pessoas”

Com a experiência adquirida ao cuidar de processos que envolvem adoção, Anatália Guedes também percebe o grande entrave que dificulta a união de crianças com novos pais no Brasil. O caso dos três irmãos serve de exemplo, pois possuíam forte vínculo afetivo entre si, portanto, não poderiam ficar separados.

Entraves da adoção – O propalado entrave relacionado ao perfil das crianças que estão em abrigos, como a etnia e idade, continua a obstruir processos, como a própria magistrada reitera. “Sem dúvida nenhuma, apesar de ser perceptível uma lenta alteração nesse panorama, o maior empecilho para adoção no Brasil é o perfil da criança ou adolescente apresentado pelas pessoas ou casais habilitados à adoção, que podem variar desde a idade, cor, saúde, que não seja grupo de irmãos, entre outros”, lamenta.

Referente à adoção internacional, que encontra críticas no âmbito jurídico, a magistrada lembra, que, mesmo com

reclames infundados por parte de alguns profissionais, o Brasil é signatário da Convenção de Haia, que trata da proteção de crianças e cooperação em matéria de adoção internacional. “Permite ter mecanismos eficientes para garantir que não haja venda, sequestro ou tráfico de crianças e adolescentes”, afirma.

A adoção internacional, segundo a magistrada, é uma ferramenta extremamente importante para colocação de crianças e adolescentes em famílias substitutas, que não tiveram a sorte de serem adotados por brasileiros. “É provavelmente a última oportunidade de uma criança ou adolescente ser adotado e retornar ao convívio verdadeiramente familiar”, concluiu.

Anatália também lembra dados do Conselho Nacional de Justiça, onde o número de pretendentes é aproximadamente quatro vezes superior ao número de crianças aptas a serem adotadas, e ainda assim, existem crianças que não encontram uma nova família no Brasil, sendo necessário recorrer à adoção internacional.



Juiz no Executivo

Além da magistratura, a biografia de Roberto Massaro tem o traço da caneta de prefeito na cidade histórica de Paranaguá

A comunicabilidade e harmonia entre poderes republicanos perpetuados no país trazem, muitas vezes, relatos curiosos de seus protagonistas, para além da convivência - boa ou conflituosa. Entre Judiciário e Executivo, a relação vai além da promulgação de leis, cassação de mandatos ou condenação por improbidade administrativa. Um paralelo, político, está na experiência, pequena que seja, mas significativa para uma biografia, que alguns magistrados vivenciaram ao sentar na cadeira de governantes estaduais e até de prefeituras municipais.

Um exemplo está no Tribunal de Justiça do Paraná, com o juiz Roberto Massaro, que atualmente exerce a substituição em 2º grau no Tribunal de Justiça do Paraná e ficou incumbido de usar a caneta de prefeito, em Paranaguá. O fato ocorreu no ano de 1996, durante período eleitoral que proporcionou coincidências e fizeram Massaro assumir outro posto de autoridade no cotidiano dos cidadãos parnanguaras.

Com viagem marcada para o então prefeito Carlo Tortato conhecer portos na Europa e candidaturas oficializadas do vice-prefeito e também do presidente da Câmara, coube ao meritíssimo Massaro responder pelo Executivo e comandar a prefeitura local. Após observar a lei orgânica do município de Paranaguá, com ausências justificadas e impedimentos de

prefeito, vice-prefeito e presidente do Legislativo local, seria convidado o diretor do fórum para as funções máximas da prefeitura. “Encorajei-me e assumi as funções que me foram transmitidas em solenidade no Palácio São José, sede da municipalidade. Obviamente, sem qualquer remuneração e em caráter honorífico, a fim de prestigiar a magistratura do meu Estado. É claro que reconheci a minha posição de assumir a Chefia do Executivo, não pelo voto e sim em razão das circunstâncias legais que envolviam o episódio”, relata o magistrado.

O peso da caneta – A passagem de Roberto Massaro pela prefeitura não ficou apenas marcada por atividades protocolares, como visitas e cafezinhos com demais autoridades e membros importantes da sociedade civil local. A caneta também foi usada, como relata o magistrado. Sancionou alguns projetos de lei de medidas meramente administrativas, mas outros acontecimentos marcaram o breve período do “juiz prefeito” de Paranaguá.

Massaro ficou surpreso ao ter de aderir ao programa de governo chamado Paraná Urbano – que repassaria investimentos em urbanismo para as cidades paranaenses. Alertado que a prefeitura não estava em dia com os tributos junto ao INSS, o magistrado lembrou que programas de financiamento não seriam

aprovados em favor de Paranaguá.

Com coragem, bancou a responsabilidade e assinou o compromisso que trouxe grandes benefícios à população litorânea. “Assinei por intuição e meses mais tarde o município negociou dívidas e o cadastro passou a ser positivo. Logo, o empréstimo foi aprovado e depois o prefeito eleito na sucessão municipal colheu os “louros” e recebeu recursos que foram aplicados na reforma da “Rua da Praia”, além do novo mercado municipal de Paranaguá”, lembra.

A passagem pela prefeitura também despertou em Massaro a admiração e respeito pelas autoridades do executivo que zelam pela probidade. “Ainda hoje, ser prefeito, ciente de suas responsabilidades não é fácil, daí porque o grande número de gestores que são condenados e cassados, devido a falta de preparo, de comprometimento, de assessoramento e também de vocação diante das cobranças tanto da população quanto dos órgãos fiscalizadores”, assinala.

Berço da civilização – Conhecida como “berço da civilização paranaense”, Paranaguá não acrescenta ao estado apenas a contribuição portuária e econômica, mas também possui contexto histórica singular. Com 366 anos, a cidade é a mais antiga do estado. “É impossível não respirar história lá, pois viveu intenso período imperial e depois republicano. Muitos personagens por lá passaram e registraram história. Basta lembrarmos Brasília Itiberê, Monsenhor Celso, Cândido de Abreu, Fernando Simas, Manoel Viana, Ermelino de Leão e Hugo Simas”, lembra Massaro.

O magistrado também recorda colegas de toga que passaram por Paranaguá e deixaram marcas indeléveis, como Ruy Fernando de Oliveira, Ivan Campos Bortoleto, Tufi Maron Filho, Silvio Vericundo Dias, Gilberto Ferreira, Haroldo Montanha Filho, Mario Esmanhoto, Veríssimo Neto, José de Mello, dentre outros.

Realmente, cheguei a usar a “caneta do Executivo” que não é tão forte quanto as tintas da “caneta do Judiciário”, mas é importante e crucial para anseios e aspirações da comunidade local

“Paranaguá é começo, meio e fim de atividades em benefício dos paranaenses, razão pela qual merece ser reverenciada sempre”, afirma Massaro, que também é cidadão honorário daquela importante cidade.



Avenida Cândido de Abreu

Cândido Ferreira de Abreu, engenheiro militar, formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro na Turma de 1879, exerceu o cargo de primeiro prefeito eleito de Curitiba em 1892. Dois anos após foi afastado pela Revolução Federalista. Em 1912 pretendia comandar as forças nacionais contra os revoltosos do Contestado. Preterido na escolha foi nomeado prefeito de Curitiba pelo Governador Carlos Cavalcanti. O escolhido, Coronel João Gualberto Gomes de Sá, marchou para o Sul e foi morto no primeiro combate.

Em 1913, ao assumir a Prefeitura Municipal de Curitiba, conseguiu um empréstimo de seis mil contos de réis, aplicando-o na construção do Paço Municipal, atual sede do Museu Paranaense, na criação de locais públicos arborizados e ajardinados destinados ao lazer da população. Revitalizou as praças de Curitiba, inclusive adquirindo um relógio para a Praça Osório que, em virtude da guerra, só foi entregue em 1918. Ordenou melhoramentos sanitários e urbanísticos, concorrendo para a instalação da iluminação pública, combateu a insalubridade, realinhando cursos d'água. Determinou o ordenamento de ruas e calçadas, projetando largas avenidas, a Sete de Setembro, a Visconde de Guarapuava, a Iguazu e a Silva Jardim. Adquiriu a primeira frota de caminhões e o primeiro automóvel destinados ao serviço público municipal.

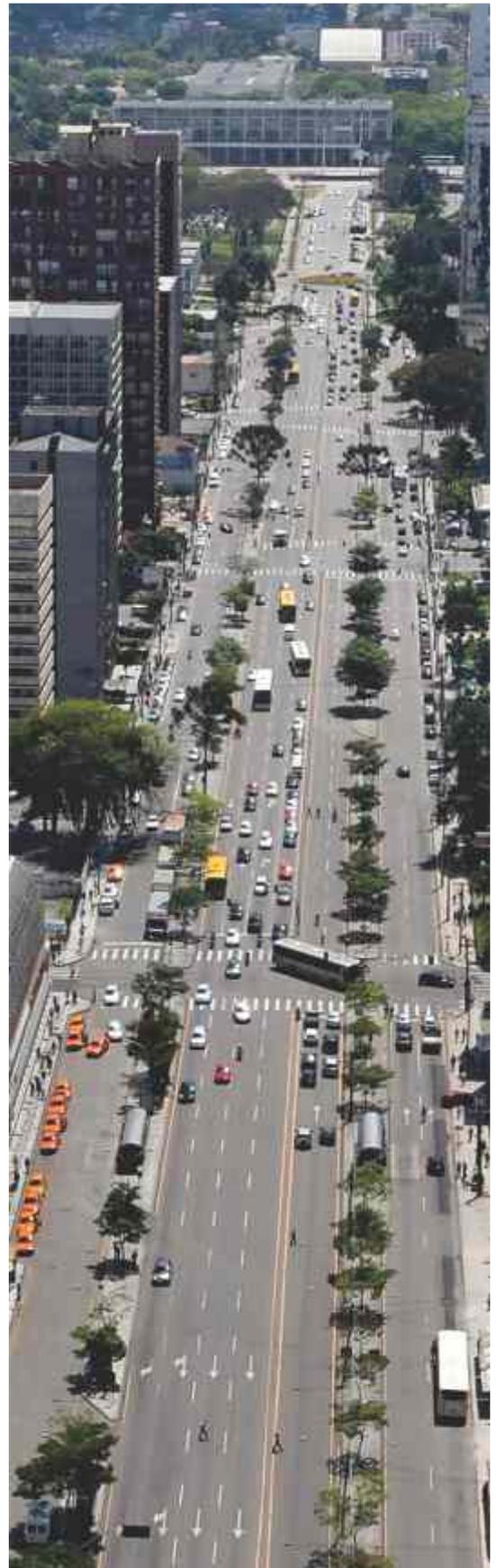
Ao engenheiro Cândido de Abreu é atribuída a renovação da construção civil urbana. As modernidades imprimidas em seus projetos particulares são técnicas, originais com detalhes requintados, copiadas de cidades europeias. Platibandas, alpendres, janelas, portas de ferro, bronzes, espelhos recortados, vidros coloridos, mármore de Carrara, jardim frontal e lateral são identificados em todas as construções de sua autoria. A riqueza do início do século XX permitia casas luxuosas, inspiradas em residências francesas ou nas de Buenos Aires e de Montevidéu, destino comercial e de lazer dos exportadores de mate paranaenses.

É o responsável pela construção do Palacete dos Leões, de propriedade de sua irmã Maria Clara e de seu cunhado Agostinho Ermelino de Leão Júnior, atualmente pertencente à Inepar; dos palacetes de Manoel Miró, outro cunhado (casado com Nenê de Abreu Miró) e demolido; de Ascânio Miró, com torre circular e cúpula de zinco, hoje agência do Unibanco; a Casa das Ferraduras, sua própria residência; o Belvedere na Praça João Cândido, em bloco único octogonal, sede da Academia Paranaense de Letras, e dos três coretos, também octogonais, que outrora existiram em Curitiba. Um deles permanece na base do aquário do Passeio Público.

Na política foi deputado, senador, além de prefeito e, no meio acadêmico, participou das primeiras turmas da Universidade do Paraná, lecionando a cadeira de Física, da qual fora titular também na Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

Nasceu em Paranaguá, no dia 2 de agosto de 1856, filho do magistrado Antônio Cândido Ferreira de Abreu, juiz de direito na Lapa que instalou as comarcas de Antonina e São Leopoldo RS, e de Maria Cândida Guimarães, filha do Visconde de Nácar. Casou-se com Euphrosina Correia de Abreu.

Faleceu em Curitiba em 1919 aos 62 anos. Entre os cargos públicos de grande relevância que ocupou, um deles foi o de Diretor do Serviço de Colonização do Paraná, que lhe valeu a lembrança para nominar um município paranaense. A Avenida Cândido de Abreu chamava-se Rua da Graciosa.



A sombra, o armário, o Poder Judiciário, o Cruzeiro Esporte Clube e o Clube Atlético Mineiro

Helder Luis Henrique Taguchi é um magistrado brilhante, trabalhador, leal cumpridor de seus deveres, assim como foi o seu pai, também juiz, Luis Mitsuyochi Taguchi, já falecido e que tanto honrou a magistratura paranaense. O Helder é daqueles que chegam muito cedo ao trabalho e saem tarde. Outro dia encontrei-me com ele, na porta do TJ, e lhe perguntei como estava a luta. Ele, com sua calma oriental, respondeu-me:

-Trabalhando muito. Aqui neste prédio não há sombra.

A sombra a que se referiu foi no sentido figurado e fazia menção ao antigo ditado de que no trabalho rural os preguiçosos viviam procurando uma árvore para se esconder do sol.

Margareth Nadolny é minha esposa. Conheci-a no Largo da Ordem quando ela e eu curtíamos um Grupo de Choros que tocava aos domingos sob uma velha árvore. Depois daquele encontro casual, namoramos, passamos a morar juntos e assim estamos há 19 anos. Durante esse tempo fizemos muitos passeios. Num deles, numa cidade do nordeste, aconteceu um fato inusitado. Resolvemos explorar o hotel em que estávamos. Descemos por uma escada e chegamos ao subsolo, local aparentemente abandonado. Enquanto eu observava um antigo quadro, Margareth foi inspecionar um velho armário, comprido, colocado num canto daquele recinto. Quando abriu a porta, ela deu um grito de pavor, que foi seguido por outro grito, este advindo de alguém que estava dentro do armário. Assustado, corri para ajuda-la. Então, deparei-me com um funcionário do hotel, vestido com uniforme de trabalho, que estava literalmente dentro do armário, dormindo furtivamente no momento em que deveria estar cumprindo o seu dever.

Temos recebido muitas críticas da população brasileira. Instigado pela mídia sensacionalista, que só mostra o que há de ruim no Poder Judiciário, o povo constantemente nos culpa pela demora nos julgamentos, pela impunidade, por recebermos privilégios, como auxílio moradia...

Quem conhece o Poder Judiciário por dentro sabe quanta injustiça há nisso. Fui juiz auxiliar da corregedoria e Presidente da Amapar e visitei quase (faltaram apenas duas) todas as comarcas do Estado do Paraná. Os juízes e os funcionários (também os promotores de justiça e advogados) trabalham muito. O serviço do juiz não fica no fórum. Quando o julgador não leva os autos para casa para despachar e sentenciar nos finais de semana, carrega os problemas e os conflitos na cabeça, que ficam ali a martelar na busca de uma solução justa.

A culpa pela morosidade nem de longe pode ser atribuída ao magistrado. É simples. Na década de setenta havia muitas ruas em Curitiba e poucos automóveis. O trânsito fluía que era uma maravilha. Com o passar dos anos Curitiba cresceu e o número de veículos se multiplicou em progressão geométrica. Mas as ruas da cidade continuaram as mesmas. Logo, só poderia haver congestionamento. Com o Judiciário ocorreu o mesmo. As comarcas são praticamente as mesmas, o número de juízes – e de

funcionários – foi ampliado moderadamente e os conflitos se ampliaram em progressão geométrica. Então, a culpa é só do juiz pela demora nos julgamentos?

O juiz não é um super-homem, mas dele se exige muito. Coragem para enfrentar os poderosos, prudência para soltar ou prender um acusado, sabedoria para escolher a decisão que melhor atenda aos interesses de uma criança e tranquilidade para mediar um conflito e obter a pacificação.

O Cruzeiro Esporte Clube e o Clube Atlético Mineiro foram campeões brasileiros no futebol, um do Campeonato Brasileiro, outro da Copa do Brasil. Todas as grandes vitórias, todas as grandes jogadas desses dois times foram altamente divulgadas pela imprensa. Por isso, ninguém retira o mérito dessas duas equipes.

Mas isso não acontece com o Poder Judiciário. Aquele filho que estava entrando no caminho das drogas, foi recuperado graças à atuação dos Juizados Especiais Criminais através dos programas de prevenção ao uso de drogas. Aquela mulher que caminhava para a morte por causa de seu maldito câncer foi curada graças, também, à pronta intervenção de um juiz que, liminarmente, determinou que o plano de saúde autorizasse as sessões de quimioterapia. E o que dizer daquele doente pobre que morreria se não obtivesse os remédios caríssimos que o Judiciário determinou ao poder público fornecê-los? E aquela pessoa que, ferida na sua honra, só desistiu de se vingar de seu perverso desafeto, porque obteve dela a obrigação de pagar dano moral imposta em ação judicial? E as crianças abandonadas a toda sorte que foram colocadas em adoção e hoje têm uma perspectiva digna de vida?

Tal como o Cruzeiro e o Atlético Mineiro, o Poder Judiciário realiza, diariamente, milhares e milhares de grandes jogadas e marca muitos gols. Mas isso não é divulgado e fica esquecido nos autos. O drama que o magistrado viveu para encontrar a melhor solução para o conflito, a coragem para enfrentar os poderosos, as horas que sonou de sua família, as doenças físicas e psicológicas que aparecerão ao longo de sua vida em decorrência de sua desmedida dedicação ao trabalho, as transferências de comarca a gerar tristezas notadamente entre os filhos que são obrigados a deixar os amigos e a escola onde estudavam, nada disso conta ou é lembrado. O que aparece, o que é divulgado, são as pequenas exceções de comportamento inadequado de um juiz, o auxílio moradia (que sequer repõe as perdas salariais acumuladas por tantos anos), a soltura de um criminoso que ao ver da maioria deveria ficar preso. E por essas exceções os juízes estão sendo julgados.

Mas a verdade, a verdade verdadeira, é que no Poder Judiciário do Paraná (e evidentemente nos outros Estados), não há sombra nem armários para se esconder ou descansar. Parafraseando o ex-governador Paulo Pimentel: **Poder Judiciário: aqui se trabalha!**

José Ricardo Alvarez Vianna é juiz em Londrina

Crepúsculo dos Deuses e a Marilyn de Andy Wharol

“Sunset Boulevard”, no original, e “Crepúsculo dos Deuses”, no Brasil, é um filme americano dos anos 1950, dirigido por Billy Wilder. O título original faz referência a uma das ruas mais famosas de Los Angeles, sede de Hollywood. Seu enredo traz a personagem Norma Desmond (Gloria Swanson), já idosa, que fez sucesso no cinema mudo, mas caiu no ostracismo. Ela mora em uma mansão decadente em companhia apenas de seu mordomo. Apesar disso, ainda sonha com um retorno triunfal ao cinema. Norma tem muita pompa, porém há tempos está esquecida. Poucos se lembram de seu nome e ela não se conforma com isto. O filme ainda traz um crime a ser desvendado, para dar um toque de suspense.

Mas o que esse filme tem a ver com a “Marilyn”, de Andy Wharol?

Wharol, artista plástico, foi criador do movimento conhecido como “pop art”, em que aplicou técnicas de serigrafia para desenvolver sua obra. Wharol, sempre polêmico, também foi autor da célebre frase: “No futuro, todos terão seus 15 minutos de fama”. É aí que os pontos começam a se ligar; começam a fazer sentido. O filósofo Walter Benjamin, em “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica”, chegou a questionar se o surgimento da fotografia seria algo para se comemorar ou para lamentar, uma vez que retiraria todo o sentido metafórico da composição artística em si. Contudo, Wharol parece reinventar a roda neste aspecto e consegue fazer arte justamente com a fotografia. Além disso, Wharol ainda se mostra um crítico sagaz dos costumes e da indústria cultural.

Em “Marilyn”, Wharol faz uma reprodução em série da imagem da atriz Marilyn Monroe. Neste ponto, vale lembrar que a reprodução em série foi uma das marcas da Revolução Industrial, em que seres humanos eram reduzidos a meras ferramentas (coisas) em prol dos lucros de alguns poucos. Na “Marilyn” de Wharol ocorre exatamente o contrário. É a própria atriz Marilyn Monroe que é reproduzida em série. É a própria Marilyn que se torna um objeto (coisa) de consumo; há uma espécie de paródia do que ocorre no cinema com a imagem de Marilyn Monroe. Marilyn Monroe, a propósito, já era um personagem que representava outros personagens, tanto que seu nome real era Norma Jeane Baker, o que pode não ser coincidência na obra de Wharol. Lembre-se que o nome é um dos principais fatores de identidade, de identificação do ser humano em sociedade. Um dos atributos magnos de sua personalidade. Porém, vale notar que, na obra de Wharol, nenhuma das “Marilyns” é a verdadeira Marilyn Monroe ou principalmente Norma Jeane Baker. São meras imagens. Imagens e bem distantes da realidade, uma vez que dotadas de matizes de cores que não correspondem ao real. Mais do que isto: há “Marilyns” de todas as cores, outras em preto e branco e algumas até apagadas, tudo como se estivesse a atender e a influenciar variados gostos do público.

Há uma nova “coisificação” do ser humano, mediante uma sutil “retórica” que distancia o ser humano de sua genuína essência. Com isso, não há libertação esclarecedora. Há, sim, ditadura de hábitos, valores, verdades e necessidades. Não há elucidação que conduza ao autoconhecimento e a uma vida dotada genuinamente de sentido. Há, ao contrário, a propagação da idéia de que a felicidade está no prazer e no lazer efêmeros, o que leva a um círculo vicioso que só pode conduzir à angústia, antítese do que está sendo anunciado...

Em suma, tanto a atriz Marilyn Monroe, quanto a personagem do filme “Crepúsculo dos Deuses” (Norma Desmond) acabaram tendo finais melancólicos. Afinal, ambas não passavam de figuras descartáveis em um contexto maior, o que contrariou a máxima Kantiana que alicerça a dignidade humana: “o ser humano é um fim em si mesmo”, e nunca deve ser utilizado como “instrumento, objeto ou coisa”. O “ser humano não tem valor econômico; tem dignidade”.



Lançamento



MONDRIAN

RESIDENCE

1 por andar • Cabral
230m² privativos • 3 suítes



3317 1717
plaenge.com.br

 **PLAENGE**

“Se alguém falar mal de ti, mostra-te superior e não fales mal dele.”

Quevedo

01 Dês e desde

São preposições sinônimas. Dês é forma apocopada de desde.

02 Mal-humorado, mal-acabado, mal-acondicionado, mal-aconselhado, mal-afortunado, mal-agradecido, mal-arrumado, mal-assado, mal-assombrado, mal-avisado, mal-educado, mal-encarado, mal-entendido, mal-estar, mal-intencionado, mal-usar.

Observe: bem-me-quer (com hífen) – malmequer (sem hífen).

07 **Arcabuz:** espécie de bacamarte (arma de fogo).

Sicuta: veneno, que Sócrates foi obrigado a tomar.

05 Escreva corretamente: **subentendido** (e não subtendido).

06 **Apocalipse** - livro canônico do Novo Testamento, cuja autoria é atribuída a São João, que faz revelações aterradoras sobre o fim do mundo.

08 Bem-ditoso, bem-aventurança, bem-me-quer, bem-amado, bem-bom, bem-educado, bem-falante, bem-nascido, bem-querer, bem-te-vi, bem-vindo, bem-visto.

Nota: O antropônimo (nome de pessoa) se escreve sem hífen:

Bemvindo.

03 **Per si, de per si, de per meio.**

Como se vê, a preposição latina per (por) ainda é usada, em alguns casos, tal qual, em português. Na maioria das vezes, o que temos é a aglutinação de per com o artigo definido ou pronome: pelo, pela, pelos, pelas.

04 Você sabia que o certo é **xifópago?** Dizemos xifópago e não “xipófago”!

09 **BUSÍLIS** – quer dizer: o cerne da questão. De origem controversa, tem sido ligada à expressão latina: “In diebus illis” (naqueles dias). Desde o século XII, conta-se a anedota de um estudante que, tentando traduzir a expressão latina, entendeu “In...die” (Indie) como as “Índias”, mas empacou no “-busillis”. Por isso é que se costuma dizer: “Aqui é que está o busílis”, quando se quer significar a existência de uma dificuldade, de um ponto difícil.

Mordendo a Língua... Portuguesa

Tempos atrás, recebi um livro paradidático de autoria da professora sergipana Wilma Ramos, com o sugestivo título “Não morda a língua portuguesa”. Presto a ela minhas homenagens, ao mesmo tempo em que lhe tomo emprestado, em parte, esse título.

Minha indignação com os últimos acontecimentos relacionados ao patrocínio pelo MEC de obras que deturpam o ensino da língua portuguesa tem me levado a indagar onde estão os professores de português, que se omitem, em vez de opor-se com firmeza a tais disparates. Sim, tenho ouvido aqui e acolá tímidos lamentos, quando não indisfarçáveis atitudes de conformismo e, pasmem, até de um constrangedor comprometimento, por parte de mestres cuja competência é reconhecida nacionalmente.

Vejo com tristeza e amargura o desvario de leigos e ignorantes perpassando pela internet, em jornais e revistas, em tentativas de ensinar pseudonormas linguísticas, sem o menor fundamento, ora para exaltar o erro, ora para ridicularizar o acerto.

Tenho lido artigos de professores de português, que eu, sinceramente, admirava, mas que hoje me decepcionam por quase desculpar-se por seguirem a sintaxe tradicional, preferindo a cômoda posição de equilíbrio em cima do muro da pusilanimidade.

Livros didáticos patrocinados pelo MEC e que admitem o ensino com erros de gramática estão fortalecendo o “apartheid” brasileiro – no dizer do senador Cristovam Buarque. E não há sofisma, por mais ardiloso que seja, capaz de disfarçar esse fato.

Se é verdade que “a pátria é o idioma criado ou herdado pelo povo”, no dizer de Olavo Bilac, não seriam traidores e delinquentes aqueles que se voltam contra a língua portuguesa, pregando o ensino equivocado do idioma, que privilegia as formas divorciadas da norma culta? Aliás, não sou eu quem o diz, mas Napoleão Mendes de Almeida, assim:

“Os delinquentes da língua portuguesa fazem do princípio histórico quem faz a língua é o povo verdadeiro moto para justificar o desprezo de seu estudo, de sua gramática, de seu vocabulário, esquecidos de que a falta de escola é que ocasiona a transformação, a deterioração, o apodrecimento de uma língua.”

A neurociência e

Por Márcio Tokars, juiz no Paraná e 1º secretário da AMAPAR

A Organização Mundial da Saúde afirma que em 2020 a depressão será a maior causa de incapacitação profissional, ou seja, é o mal do século, que já asombra os profissionais das carreiras jurídicas. O cérebro humano tem o mesmo tamanho desde os primórdios da humanidade, quando nossos antepassados habitavam a savana. Biologicamente, ele evoluiu apenas para viabilizar a sobrevivência no estado natural do homem, como caçador e coletor. Com a civilização, o número de fatores estressores aumentou muito e no mundo contemporâneo a quantidade de variáveis envolvidas multiplicou-se em tal proporção que a confusão mental dominou o "homo urbanus".

O stress é uma condição de medo diante de qualquer situação de perigo, real ou imaginária, exigindo uma resposta fisiológica, que é a decisão de luta ou fuga. O stress é a tensão pela dificuldade de tomar tal decisão e assumir os respectivos riscos. Os hormônios do stress (cortisol e adrenalina) atuam no hipocampo e hipotálamo, prejudicando o aprendizado e memorização, focando a atenção no fator estressor, que se potencializa pelos pensamentos recorrentes. O stress crônico se caracteriza pelo sofrimento prolongado, com reflexos celulares como a depressão sináptica de longa duração, que geralmente pode ser revertida pela gradativa reabilitação funcional.

Inicialmente surgem transtornos de humor e ansiedade, dor crônica, distúrbios gastrointestinais e do sono. A contínua desorganização psíquica desregula a secreção de cortisol, que pode causar a perda de minerais dos ossos e obesidade. O stress motiva a ingestão de alimentos de conforto, até mesmo porque o açúcar é o alimento do cérebro, que tende a manter uma reserva energética disponível na corrente sanguínea. Dietas ricas em gordura danificam o hipocampo, afetando a memória e gerando comprometimento cognitivo. A ação de neurotoxinas sobrecarrega algumas regiões do cérebro, manifestando ansiedade, alterações da consciência e sensação de exaustão mental. Esse quadro favorece a síndrome de "burnout",

fadiga e dores crônicas, como fibromialgia, irritação intestinal e disfunção da articulação temporomandibular (inclusive a noradrenalina que é liberada pela ingestão de estimulantes e refrigerantes gaseificados acentua o movimento de fricção dos dentes, potencializando o bruxismo).

Nos casos crônicos os efeitos neurotóxicos da excessiva liberação de noradrenalina hiperativam a tonsila e reduzem o volume do hipocampo, prejudicando sensivelmente a contextualização espacial (capacidade de raciocínio e reação). A atrofia do hipocampo altera a regulação da glicose elevando muito o risco de diabetes e prejudicando a memória, instalando um transtorno cognitivo inicialmente leve, que pode evoluir até mesmo para a demência. A ação continuada dos glicocorticóides e

aminoácidos excitatórios acelera o envelhecimento e potencializa atrofia muscular e a osteoporose. Ademais, é um processo oxidativo de geração de radicais livres no hipocampo, cujos danos podem resultar em isquemia ou convulsões.

A privação do sono pela elevação do cortisol aumenta as citocinas pró-inflamatórias, com o respectivo declínio da atividade parassimpática e tamanho desequilíbrio neuroquímico pode gerar supressão imunológica e prejuízos irrevésíveis, por isso determinados perfis psicológicos favorecem doenças autoimunes e câncer.

O cérebro não dói, pois não tem nociceptores. A meninge pode doer, mas as dores de cabeça geralmente são tensionais pela contração dos músculos do pescoço e couro cabeludo. Outras causas são

ligadas às dores nos olhos, sinusite e enxaqueca.

O stress diminui sensivelmente a atividade intelectual e as instâncias mais profundas do cérebro (tronco e sistema límbico) preponderam, permitindo que a impulsividade domine a razão. A comunicação e sincronização entre os hemisférios direito e esquerdo fica restrita pela diminuição do volume do corpo caloso, o que está associado à esquizofrenia e ao transtorno bipolar. A alteração metabólica intensa pode alterar a densidade do tálamo, aumentando o risco vascular de pequenos infartos silenciosos, que debilitam o cérebro paulatina e irreversivelmente.

Executar tarefas como
a leitura, diálogo e
escrita, melhora a
sincronização e
diminui a ansiedade,
ajudando a razão
superar a
impulsividade.

O stress crônico

A redução da atividade do lobo frontal diminui o controle das decisões que envolvem as ações voluntárias (atenção seletiva, organização, planejamento, personalidade e controle motor). A hipoatividade dos lobos parietais e temporais superiores diminui a atenção aos estímulos do mundo exterior, fazendo o indivíduo voltar-se para dentro, para si mesmo, tornando-se profundamente autocentrado. O medo é egoísta e egocentrista, afinal a prioridade biológica é a preservação própria.

Por outro lado, há áreas que ficam superativas, intensificando as memórias de longo prazo e reavivando as lembranças de fatos negativos, o que estimula a formação de sensações negativas, reiterando a sensação de tristeza sem motivação aparente. É o mecanismo da melancolia e desânimo. As experiências negativas são as que ficam mais fortemente impressas na memória, pois o maior número possível de grupos neurais foi ativado no momento crítico, na busca de uma solução. Ressaltar as experiências ruins é uma estratégia para não repeti-las e assim os fatos desagradáveis da vida parecem estar sempre por perto. É um mecanismo de defesa, mas é assim que os nossos medos nos escravizam e todos esses fatores podem alterar a percepção dos fatos, que passam a ser associados de forma fantasiosa como se tudo fosse uma conspiração contra o indivíduo. Um antigo Provérbio sueco diz que “o medo atribui a pequenas coisas grandes sombras”, portanto compreender os mecanismos do medo permite a sua exata valoração, afastando os demônios da imaginação e gerando grande alívio.

A realimentação contínua de ideias negativas se deve principalmente à hiperatividade da tonsila cerebral. A melhor forma de neutralizá-la é com intensa ocupação em atividades repetitivas, inclusive a prática de esportes. Os julgamentos dos comportamentos sociais e a formação da consciência própria dependem da troca sincronizada de informações entre os hemisférios cerebrais, que fica prejudicada pelo stress. Executar tarefas como a leitura, diálogo e escrita, melhora a sincronização e diminui a ansiedade, ajudando a razão superar a impulsividade. Ouvir música ritmada em compassos estimula o cerebelo e gânglios basais, melhorando a sincronia. O mesmo ocorre com a meditação, orações e mantras repetitivos e até mesmo pelos sons da natureza, da chuva, do vento, rios e mares. A execução de trabalhos repetitivos tem o mesmo efeito, por isto o peão sempre dá mais risadas que o patrão.

O tratamento com medicamentos antidepressivos deve ser associado à terapia psicológica e exercícios físicos aeróbicos, dentre outros recursos. Geralmente há efeitos benéficos perceptíveis da medicação de três a seis semanas, que perduram por até um ano para a grande parte dos pacientes, mas depois pode surgir um novo transtorno: a dependência. Quando se



**O medo é egoísta e egocentrista,
afinal a prioridade biológica é a
preservação própria.**

interrompe o uso regular dos medicamentos antidepressivos é comum que outros sintomas se manifestem, como, irritabilidade, agressividade, insônia, alteração de humor e até mesmo ataques de pânico. Isso sugere aos pacientes que não podem viver sem os remédios.

A ansiedade é um sofrimento aparentemente intelectual, mas seu fundo é energético. Preocupar-se é gastar energia antes do momento certo (pré-ocupação). Antecipar a dor também antecipa a respectiva sensação, estimulando os mecanismos cerebrais como se o fato causador da dor estivesse realmente ocorrendo. O medo ativa as áreas do cérebro relacionadas à dor, antecipando a sensação à situação. A preocupação nunca é eficiente como solução, pois a situação temida nem sempre irá se concretizar e quando ocorrer dificilmente será da forma prevista, o que sempre resulta em desperdício de energia. A serenidade dos raros homens sábios consiste apenas na aceitação dos próprios limites, que é a única forma de libertar-se de si mesmo.



Refluxo?

O estômago de mal com a vida?

Já sentiu queimação na altura do peito após comer? Ou mesmo aquela sensação de que a comida está voltando? Bom, saiba que isto é normal. Todos nós, uma hora ou outra, passamos por isso e muitas vezes nem notamos. Mas quando isto se repete muitas vezes, causa irritação e o desconforto é preocupante.

Como nasce o refluxo dentro do estômago?

Ele surge quando o ácido produzido no estômago sobe para a região do esôfago. Claro que há nas paredes do órgão um revestimento interno que está preparado para esse nível de acidez, mas, por outro lado, o esôfago, não. Ao subir, o ácido vai para o esôfago e provoca uma inflamação. Esta gera uma queimação e aquela sensação ruim de algo estranho e com sabor, se podemos assim chamar, de conteúdo gástrico na boca.

Muitas pessoas reclamam de desconforto depois de se alimentar. Algumas têm tosse e queima o estômago. É neste momento que aparece a automedicação para tentar resolver de imediato a situação. Só que a resolução está muito além do que um simples remédio.

Quais as causas?

Existem alterações anatômicas e da função da musculatura entre o esôfago e o estômago, até comportamentos que facilitam o refluxo em pessoas predispostas. O uso de cigarros, bebida de álcool, o consumo excessivo de alimentos gordurosos, alimentos muito ácidos ou com muita pimenta. Para completar a lista temos café, chá, chimarrão, bebidas com gás e até o chocolate. Ele está incluso por aumentar a chance de refluxo ao diminuir a força do músculo que se propõe a segurar o ácido dentro do estômago.

Quando é grave?

Dificuldade de ingerir alimentos, alteração do timbre da voz, vômito com sangue, sangue nas fezes, fezes escuras, anemia ou perda de peso. Todos são sinais de alerta e que algo precisa ser consertado. Podem indicar desde uma úlcera de esôfago ou até um câncer.

Convivo há longo tempo com o refluxo e agora?

É preocupante! O refluxo de existência crônica pode levar a uma condição chamada esôfago de Barret. Esta é uma condição pré-maligna que facilita a condição do câncer de esôfago. Fique atento e consulte sempre o seu médico.

Como tratar?

Remédios e educação alimentar. Em casos específicos cirurgias são indicadas.

Dicas?

- Sabe a feijoada de sábado? Então de vez em quando até vale. Procure evitar grandes refeições de modo rotineiro.
- Opte por várias pequenas refeições durante o dia. Ah, e a soneca depois de comer?
- Espere ao menos duas horas para se deitar.
- Evite roupas muito apertadas na hora das alimentações.
- Quem tem muito refluxo à noite, elevar a cabeceira da cama pode ajudar.

Em resumo: refluxo é uma doença complexa e cheia de detalhes. É importante que o paciente não se automedique e procure um médico, precocemente, e assim ter a chance de diagnóstico de algo mais grave, como câncer de esôfago.

Fernando Marcio Gonçalves de Matos

Médico